



SABINO, PUPPI,
BITENCOURT &
CANTERGIANI
advogados associados

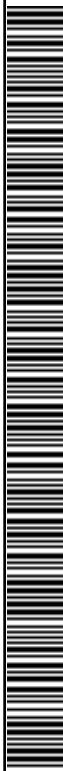
**EXCELENTÍSSIMO SENHOR JUIZ DE DIREITO DA 16ª VARA CÍVEL DO FORO
CENTRAL DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA –
PARANÁ**

Ação de Prestação de Contas nº 0030601-04.2019.8.16.0001

ATENA SERVIÇOS MÉDICOS LTDA. e outros, já qualificadas nos autos em epígrafe, em que são autores GUSTAVO VOLPATO MELO e outra, vem respeitosamente, perante Vossa Excelência, por seu advogado ao final assinado, manifestar-se acerca da resposta contida no mov. 185.1, o que faz a seguir.

O Ofício é datado de 23 de novembro de 2021 e informa que respondia a uma determinação deste juízo para desarquivar os atos societários que excluíram os autores Gustavo e GT dos quadros das rés (todas elas).

Ele traz em anexo o Despacho nº 382/2021 por meio do qual a Procuradoria Regional cometeu alguns deslizes que merecem agora ser esclarecidos.





SABINO, PUPPI,
BITENCOURT &
CANTERGIANI
advogados associados

Em 04 e 24/10/2019 os autores GT e Gustavo foram excluídos dos quadros das rés em assembleia especificamente para essa finalidade por justa causa, sendo que a ata e a alteração do contrato social prevendo essa exclusão foram normalmente arquivados pela Junta Comercial, sem nenhum obstáculo ou dificuldade.

Esses atos de exclusão foram questionados nesta ação pelos autores, que então requereram a expedição de ofícios à Junta Comercial do Estado do Paraná para que esta se abstivesse de arquivar qualquer ato que tenha por objetivo excluir os Autores das referidas sociedades (a rigor, na ocasião eles já haviam sido arquivados).

Em decisão liminar este juízo deferiu parcialmente a tutela requerida, para suspender os efeitos das deliberações realizadas nas Assembleias realizadas em 04 e 24/10/2019, no que tange à exclusão dos autores dos quadros das rés.

Mas houve Agravo de Instrumento interposto pelas rés no qual o TJPR atribuiu efeito suspensivo, ou seja, suspendeu a decisão liminar que por sua vez havia suspenso os atos de exclusão dos autores.

Em outras palavras, não há nenhuma decisão que impeça a normalidade do arquivamento das alterações que previram a essa exclusão.

Ocorre que as empresas Deltamed, SAP, Supramed e Vitare vêm tentando arquivar novos atos societários na Junta Comercial, mas não conseguem fazê-lo em razão do entendimento equivocado da Procuradoria Regional consignado neste Despacho nº 382/2001, a saber:

1 – Trata-se de requerimentos similares das empresas, para desarquivar atos registro em que houve mudanças no QSA. Decorre de ordem judicial que entende nulas aquelas alterações.

2 – O arquivamento presume estabilidade (art. 1º, lei 8934/94). Em juízo, cognição sumária, se questionou a legalidade do ato, ainda *sub judice*. A própria ordem que agora gera os ofícios é provisória, em sede de agravo, ao que seguirão provavelmente RESP, Agint., mérito do agravo, saneador, sentença e recursos. Se cada fase judicial implicar em mudança de entendimento, com sucessivas e opostas ordens de validade ou não do registro, é cediço afirmar que não haverá estabilidade no registro – com reflexos inclusive na estabilidade da empresa, para si e perante terceiros.

3 – Deste modo é que cancelamento de atos é medida extrema, que sempre depende de decisão transitada em julgado ou estabilizada (art 47 dec. 1800/96). Ademais, se um ato é cancelado, voltaria o cadastro da empresa a mostrar a qualquer um que peça certidão, um OSA com sócios já retirantes, e ingressantes que não mais constariam no ato.



SABINO, PUPPI,
BITENCOURT &
CANTERGIANI
advogados associados

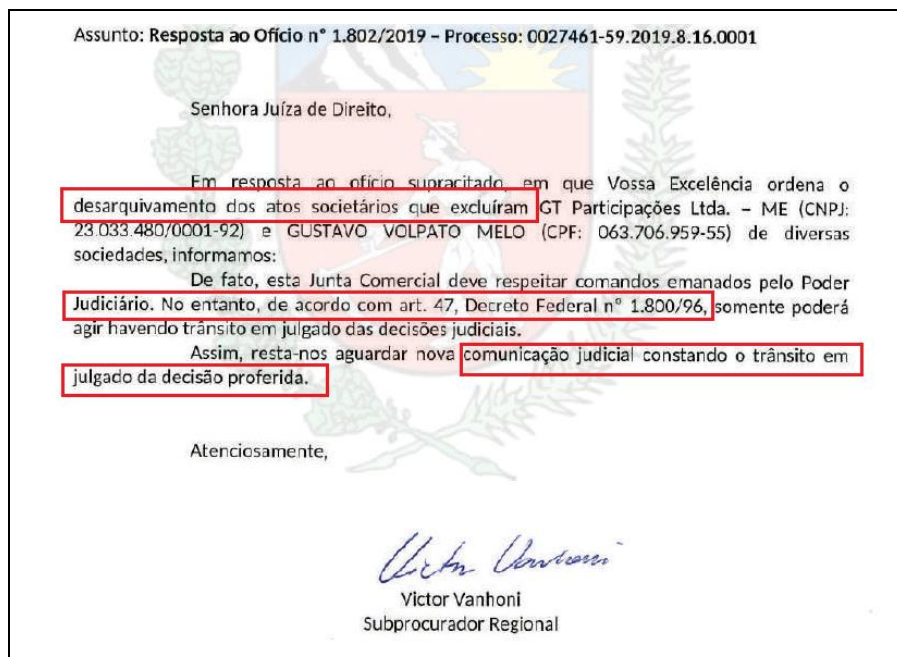
Importante deixar claro que a decisão judicial de desarquivamento a que se refere a Procuradoria Regional, é que se encontra suspensa pelo TJPR no Agravo de Instrumento nº 0061728-60.2019.8.16.0000, ou seja, continuam valendo os atos até então protocolados e devidamente arquivados.

Aquela decisão que suspendera a exclusão dos autores e inicialmente determinara o desarquivamento dos atos societários é que está SUSPENSA pelo TJ, o que faz com que os atos societários originalmente arquivados sigam válidos.

Os autores ex-sócios **não conseguiram êxito no desarquivamento das alterações contratuais**, razão pela qual não há qualquer óbice em novos protocolos de novos atos societários que refletem o funcionamento normal das empresas rés que precisam seguir nas suas atividades comerciais.

Não é crível que uma empresa que possui atos societários protocolados de forma regular na Junta Comercial, e devidamente arquivados, precise aguardar decisão judicial transitada em julgado para seguir com suas atividades, **se não há decisão judicial determinando o desarquivamento destes documentos!**

Inclusive, este é o correto entendimento já manifestado pelo Subprocurador Regional em 09/12/2019, através do ofício 939/2019:





SABINO, PUPPI,
BITENCOURT &
CANTERGIANI
advogados associados

O que disse a Junta na ocasião é que o art. 47 do Decreto 1.800/96 só autoriza o desarquivamento de atos societários derivado de decisão judicial após o trânsito em julgado, pois antes disso o que prevalece é:

“Art. 47. Na hipótese de decisão judicial, a comunicação do juízo alusiva ao ato será arquivada pela Junta Comercial para conhecimento de terceiros e caberá aos interessados, quando a decisão judicial alterar dados da empresa, providenciar o arquivamento do instrumento próprio, acompanhado de certidão de inteiro teor da sentença transitada em julgado que o motivou.”

Frise-se: **é o pedido de desarquivamento dos atos que precisaria (se deferido) aguardar o trânsito em julgado.**

Por aqui, deve prevalecer a higidez dos atos societários praticados antes do ajuizamento desta ação, pois eles são válidos e não há nenhuma determinação judicial que lhes tire a validade, já que a liminar concedida no 1º grau foi suspensão pelo TJ, como já explicado.

Por tais razões, as rés pedem que V. Exa. comunique à Junta Comercial e determine que ela retire qualquer óbice aos atos societários que elas (rés) queiram arquivar como resultado das suas atividades comerciais e societárias, pois não há nenhum elemento externo – tampouco judicial – que autorize criar qualquer trava ou obstáculo a tanto, quanto menos há decisão suspensiva dos efeitos das atas de assembleia que culminaram na exclusão dos autores.

Basta o básico: deixar as empresas fluírem normalmente, e para tanto é preciso que a Junta supere a compreensão equivocada que manifestou no Despacho nº 382/2021 e que está impedindo o arquivamento de novos atos societários praticados pelas rés em quadro de absoluta normalidade.

A manifestação dos autores do mov. 190 acaba se aproveitando da confusão da Junta para aumentá-la (a confusão) ainda mais, pois não há nenhuma averbação ou bloqueio que deva ser feito nos atos registraes das rés.

Termos em que pede deferimento. Curitiba, 27 de janeiro de 2022

Paulo Virgílio de Carvalho Cantergiani
OAB/PR 39.667

